



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Pedro Miguel Vieira Maria da Silva;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 10:00 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. António Manuel Jesus Ferreira dos Santos esteve ausente da presente reunião, fazendo-se substituir pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata, **Sr. Eng.º Pedro Miguel Vieira Maria da Silva**, conforme prevê o artº 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada com as devidas alterações pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. **9.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**
2. **PROPOSTA DE LEI QUE ESTABELECE O REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS. DECLARAÇÃO DA ANMP. SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO PELOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS.**
3. **REQ. N.º 301/13 – PC N.º 162/12 – CARLOS MANUEL GAMEIRO**
4. **REQ. N.º 767/13 – PC N.º 66/09 – MANUEL PINTO**

5. REQ. N.º 713/13 – PC N.º 314/12 – MARIA HELENA MENDES VINAGRE SOUSA ARTILHEIRO
6. REQ. N.º 723/13 – PC N.º 284/12 – HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA
7. REQ. N.º 1648/12 – PC N.º 290/12 – REPARMOLDE, REPARAÇÕES DE MOLDES PARA VIDRO, LDA.,
8. REQ. N.º 63/13 – PC N.º 17/13 – TESTE-SOC.MOLDES E INJEÇÃO DE PLÁSTICOS, LDA.
9. REQ. N.º 652/13 – PC N.º 6/13 – VITOR MANUEL DE MATOS FRANCO
10. REQ. N.º 653/13 – PC N.º 453/11 – ELCA SOFIA RINO DOS SANTOS
11. REQ. N.º 720/13 – PC N.º 136/13 – ANTÓNIO EMILIO SANTOS OLIVEIRA
12. REQ. N.º 2538/10 – PC N.º 26/06 – HABLENA – CONSTRUÇÕES E VENDAS IMOBILIÁRIAS, LDA.
13. REQ. N.º 631/13 – PC N.º 230/12 – JOSÉ FRANCISCO SOUSA JÚNIOR
14. REQ. N.º 2262/10 – PC N.º 123/07 – CRISAL-CRISTALARIA AUTOMÁTICA, S.A.
15. REQ. N.º 367/11 – PC N.º 327/08 – JOSÉ ROSA SOARES
16. REQ. N.º 538/11 – PC N.º 20/07 – ANTÓNIO BARROS
17. REQ. N.º 2900/10 – PC N.º 239/09 – PEDRO MANUEL DOS REIS MOREIRA
18. REQ. N.º 3277/09 – PC N.º 973/99 – VITOR MANUEL GASPAR MENDES
19. REQ. N.º 1658/12 – PC N.º 449/2012 – AFONSO JESUS CAMINHO
20. HABITAÇÃO SOCIAL – RUA PROF. MELO VIEIRA, BLOCO 7 – 2.ª ESQDª. – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: ALBANO COELHO SANTOS – FALTA DE USO DO LOCADO – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.
21. HABITAÇÃO SOCIAL – AVª. DA LIBERDADE, BLOCO L, 3.ª FRENTE DRTª., – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: PAULO ALEXANDRE CALADO GRÁCIO – FALTA DE USO DO LOCADO – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.
22. HABITAÇÃO SOCIAL – PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 2, 1.ª DIREITO – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: LAURA PINHO SILVA SANTOS – RENDAS

**EM ATRASO – INCUMPRIMENTO DE ACORDOS DE PAGAMENTO DE DÍVIDA –  
RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.**

23. **AFIXAÇÃO DE SUPORTES PUBLICITÁRIOS – FALTA DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL – PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 16/CO/2012 – INFRATORA: SORAIA SOFIA ALMEIDA ANTUNES - REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE VIOLADA – ORDEM DE REMOÇÃO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – DECISÃO FINAL – INUTILIDADE SUPERVENIENTE – ARQUIVAMENTO.**
24. **PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – QUEDA DE UMA BRAÇA DE PINHEIRO EXISTENTE EM ESPAÇO PÚBLICO – TEMPORAL OCORRIDO EM JANEIRO - REQUERENTE: MARCO PAULO LOURENÇO PIMENTA DE SOUSA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – DECISÃO FINAL.**
25. **EDIFÍCIO DEGRADADO – RUA DA QUINTA, N.º 13, ORDEM, MARINHA GRANDE – DEFICIÊNCIAS DE INFILTRAÇÕES DE ÁGUA E NA COBERTURA – PROPRIETÁRIO: JOÃO ALVES POCINHO - FALTA DE OBRAS DE REPARAÇÃO E DE CONSERVAÇÃO – VISTORIA URGENTE.**
26. **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO – PLANO ESTRATÉGICO 2013.**
27. **SIADAP 1 – RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DO ANO DE 2012.**
28. **AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA.**
29. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – REVISÃO DE PREÇOS E REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21-03-2013.**
30. **DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA, DE 28 DE JANEIRO DE 2013. ADITAMENTO.**
31. **LOTE 16, DA ÁREA INDUSTRIAL DE VIEIRA DE LEIRIA.**
32. **APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.**

33. SELEÇÃO DA ENTIDADE COORDENADORA LOCAL DA PARCERIA (ECLP) E COORDENADOR TÉCNICO DO PROGRAMA CLDS+ (CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL) A IMPLEMENTAR NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
34. ATRIBUIÇÃO DE FOGOS SOCIAIS PELOS CANDIDATOS ADMITIDOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS E CÁLCULO DAS RESPECTIVAS RENDAS APOIADAS A APLICAR.
35. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
36. ANULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 81, À CANDIDATA RAQUEL FERNANDES DE JESUS PEDROSO, POR MOTIVO DE DESISTÊNCIA DA MESMA.
37. TRAVESSA DO BREJO, Nº. 11 – FIGUEIRAS - PASSAGEM DE COLETORES DOMÉSTICO E PLUVIAL NA PROPRIEDADE DE JOSÉ ANTÓNIO PEREIRA DE SOUSA
38. RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE ADRIANO DA SILVA MORGADO
39. RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE AIDA COELHO DUARTE
40. RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE HERMÍNIO JORGE SOARES
41. RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE JAIME PEREIRA ANDRÉ
42. RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE JOSÉ DUARTE DA SILVA SAPATEIRO
43. RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE MARIA GRAZIELA MORGADO RODRIGUES DE SOUSA
44. RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE MARTA LUÍSA CARDOSO VICENTE (CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE RAMIRO DA LUZ VICENTE)
45. RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE ONDINA COELHO RODRIGUES TAPADAS E RUTE ALEXANDRA RODRIGUES TAPADAS

**46. RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA  
PROPRIEDADE DE REINALDO JORGE GRÁCIO (HERDEIRO DE JOAQUIM  
FRANCISCO GRÁCIO)**

**47. RESUMO DE TESOURARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de onze processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais sete assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

**ALTERAÇÃO DO DIA MARCADO PARA A PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL**

456 - Tendo em conta que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realiza no dia 21/06/2013 e que a reunião ordinária da Câmara Municipal está prevista para o dia 13/06/2013, o que impossibilita o cumprimento dos prazos legais para a distribuição da documentação a todos os membros daquele órgão, o Sr. Presidente propôs a alteração do dia de realização da referida reunião.

**Depois de discutido o assunto, foi por todos decidido antecipá-la para o dia 11/06/2013, às 10:30 horas.**

**Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.**

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho colocou as seguintes questões:**

⇒ Zona Industrial – foi ao local e verificou que o lixo já foi limpo, mas os passeios estão degradados e os canteiros já estão a ficar com ervas, pelo que pretende saber se há algum plano para a sua manutenção. Pretende também saber o que há em concreto sobre a construção de um parque de estacionamento para camiões e se a obra da Estrada do Guilherme está concluída;

- ⇒ Matas – perguntou se há algum dado novo e sugeriu que o Presidente da Câmara, como responsável máximo pela Proteção Civil, colocasse a questão, junto da entidade nacional responsável pela gestão de meios, para que sejam postos à disposição meios aéreos no combate a incêndios, porque não lhe parece que os terrestres sejam suficientes;
- ⇒ IVIMA – perguntou quando é que se põem estas instalações à disposição da população?

▪ **O Sr. Vereador Eng.º Pedro Silva colocou a seguinte questão:**

- ⇒ Contagem de água – sabe que só há 2 pessoas para efetuar a contagem de cerca de 23.000 contadores, mas não quer deixar de referir que recebeu uma fatura de água de abril/2013 com contagem, por estimativa, de dezembro/2012, uma vez que a contagem só é feita de 4 em 4 meses. Perante esta situação parece-lhe que talvez fosse bom a Câmara deslocar mais pessoas para este trabalho.

▪ **A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho colocou as seguintes questões:**

- ⇒ Informação sobre a UDL – na sequência do documento que foi distribuído aos Vereadores pergunta: que instruções foram dadas ao Dr. Victor Faria e quais as medidas concretas a tomar?
- ⇒ Surf e bodyboard – foi publicada uma notícia no Jornal de Leiria sobre a saída das provas de surf e bodyboard de S. Pedro de Moel, designadamente por falta de apoio, que impediu a organização do evento. Entende que é uma iniciativa a apoiar, dentro das possibilidades da Câmara, por se tratar de desporto, bom para a juventude, e por serem provas que dão grande visibilidade aos concelhos que as organizam, não só a nível nacional mas também internacional. É uma pena deixar cair este evento, quando S. Pedro necessita desta oportunidade, que assim é uma oportunidade desperdiçada.

▪ **O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira colocou as seguintes questões:**

- ⇒ Rua da Indústria, Vieira de Leiria – verificou que o procedimento foi aberto durante o mandato da CDU, conforme consta da deliberação 624, de 03/09/2009, pelo que recomendava ao Sr. Presidente da Câmara algum cuidado nas afirmações que profere, designadamente na Assembleia Municipal;
- ⇒ Em função da informação fornecida aos Vereadores, gostaria de saber quando é que o Presidente da Câmara vai instaurar o procedimento contra-ordenacional ao titular do processo chamado “Casa da Marcolina”;

⇒ Reabilitação da Fábrica da Resinagem, Requalificação do Património Stephens – fase 1, Casa da Cultura, Galeria e Cafetaria – verifica-se, perante os elementos iniciais, que já devia estar tudo inaugurado, e o que constatamos é que está tudo atrasado.

▪ **Às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ UDL – a Câmara tem que apresentar reclamação até 07/06, estando a 1.ª reunião da Assembleia de Credores marcada para 21/06;
- ⇒ Surf e bodyboard – a Câmara não recebeu qualquer pedido de apoio, tal como nos outros anos;
- ⇒ Rua da Indústria – mantém o que disse: a candidatura foi apresentada pelo executivo do P.S.;
- ⇒ Santos Barosa – falou com o Eng.º da empresa e aquilo que o Dr. Vítor Pereira referiu em anterior reunião não é bem assim, uma vez que os investimentos estão parados em termos de armazéns, só estão a avançar em zona de fabricação, onde têm apoio, e não é por causa das taxas, até porque têm consciência da existência do programa de apoio ao investimento industrial;
- ⇒ Casa da Marcolina – o processo está a andar na Divisão Jurídica, quando tiver informações trá-las-á à Câmara, tal como sempre tem feito;
- ⇒ Matas – os trabalhos de recolha da lenha estão parados, porque o madeireiro terá pedido prorrogação do prazo. A Ministra visitou o concelho mas a Câmara não foi informada. Este ano não haveria rally, porque as matas não deixariam, contudo está-se a tentar arranjar uma solução, passando por estradas da mata que não estão obstruídas, daí o seu protesto não ter sido tão veemente. Foi convidado para dia 4 de junho estar presente em Leiria, num encontro com o Ministro Álvaro Pereira e onde estará também a Ministra Assunção Cristas, e nessa altura vai tentar falar sobre o assunto, se até lá não tiver qualquer resposta;
- ⇒ IVIMA – houve estragos com o temporal, que estão a ser reparados, uns são da responsabilidade da Câmara e outros da empresa.

▪ **A propósito desta questão, a Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira informou o seguinte:**

- ⇒ IVIMA - há contactos com as instituições de carácter social, de modo a celebrarem-se os protocolos, que virão a reunião de Câmara. As entidades que manifestaram interesse em ir para aquele espaço e que enviaram um plano com as actividades que lá pretendem desenvolver são: Federação Concelhia das Associações de Pais, Associação Novo Olhar II, Associação de Tempos Livres do S.O.M., Associação de Dadores Benévolos de Sangue e Grupo Voluntário do



Concelho da Marinha Grande da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Os critérios de atribuição foram: para quem não tinha sede social, ou para quem, tendo sede, não tinha condições adequadas para desenvolver os seus fins, como é o caso da Associação de Dadores Benévolos de Sangue. De seguida procedeu à leitura dos vários critérios, conforme documento que se dá por integralmente transcrito e se anexa à presente ata (**Anexo 1**).

⇒ Surf – este evento tem tido sempre o apoio logístico que tem solicitado à Câmara, participando ela própria na entrega de prémios. Aguardava que este ano a entidade se tivesse candidatado aos apoios mas não deu entrada qualquer pedido, pelo que lamenta as afirmações feitas ao jornal.

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** perguntou se o Presidente da Câmara, como responsável pela Proteção Civil municipal, e como apoio a esta, considera exigir, dada a inactividade do Governo, a disponibilidade de intervenção de meios aéreos de combate a incêndio, com intervenção imediata, porque a zona da mata obstruída é de alto risco e não há forma de combate por terra.

O **Sr. Presidente** informou que já foi efectuada uma reunião de preparação da época de incêndios, e que sabe que vão ser limpos os arrifes e aceiros, com exceção da zona desde a Fonte da Felícia até ao canto do ribeiro.

- **Às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, e que são da sua competência, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:**

⇒ Contagem de água – a contagem era bimensal, quando era efectuada por 3 contadores. Como a medicina do trabalho deu um dos trabalhadores como não apto ficámos só com 2, pelo que a leitura está a ser feita trimestralmente, o que cumpre com a lei, uma vez que só é exigível que seja feita 2 vezes por ano (semestralmente). Os serviços encontram-se a preparar a emissão de facturação via electrónica, para quem aderir, e aí os munícipes já vão poder inserir as contagens on-line. Com a passagem destes serviços para o edifício da Resinagem vai-se dar a concentração de serviços e logo uma maior disponibilidade de trabalhadores;

⇒ Zona Industrial – foi ao local com a Eng.<sup>a</sup> Susana Silva e verificou que há canteiros que são pisados pelos camiões e aí vamos ter que assumir que são estacionamento. O contrato para os espaços verdes demorou algum tempo, agora está-se a embelezar os espaços verdes e a rentabilizá-los com a melhor forma de manutenção. Neste momento está a ser feito o projecto para a saída sul da Zona Industrial, na Rua da Alemanha;

⇒ Estrada do Guilherme – a obra está concluída;

⇒ IVIMA – o projecto de arquitectura para a creche, na ala sul, foi desenvolvido na Câmara. Os projectos das especialidades foram encomendados fora e já foram entregues.

- O **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** perguntou se já há neste momento previsões de datas para a conclusão das obras do centro.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que houve reuniões com o empreiteiro e que durante o mês de junho estarão concluídas as obras da Resinagem. A fase 2 do Património Stephens (jardim) já está concluída, só faltando colocar a fonte. Em relação à fase 1 não estava previsto forrar as paredes do Museu do Vidro em pladur e tem que se fazer, pelo que vêm hoje à reunião os trabalhos não previstos. Prevê-se que esteja pronto no mês de junho. Casa da Cultura – tem havido alguns problemas, não da empresa, mas ao nível da compatibilização dos vários projectos. Não estará pronta no mês de junho. Não arrisca dar uma data, porque o empreiteiro não pode dar a obra por concluída enquanto não conseguirmos estabilizar as especialidades do projecto.

O **Sr. Presidente** referiu ainda que tem havido problemas com as empresas porque estas reflectem a situação do próprio País, tendo algumas delas falido. A Câmara tem procurado garantir os pagamentos em dia para que não haja problemas, só que muitas vezes eles surgem dentro das próprias empresas.

Ponte das Tercenas – o **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que falou com a Eng.<sup>a</sup> da APA e sabe que a empresa Obracol está num processo de revitalização, a obra está dentro dos prazos de calendarização e a empresa tem problemas de financiamento com a banca. Por exigência da APA abriu este fim de semana a estrada alternativa.

SAP – durante a reunião foi distribuída a todos os membros do executivo cópia da carta da Comissão para a defesa do Serviço de Atendimento Permanente da Marinha Grande, que divulga a realização de um encontro com a população, para tratar de assuntos relacionados com a saúde, no dia 06/06/2013, às 21:00 h, no S.O.M., cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido e se anexa (**Anexo 2**).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Após o período de antes da ordem do dia foi efetuado um intervalo na reunião, que decorreu das 11:35 horas às 12:00 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

## **1 - 9.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013**

457 - Presente proposta da 9ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**9ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2013**, no valor de 334.102,06 euros nos reforços e de 334.102,06 euros nas anulações;

**7.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013** no valor de 105.000,00 euros nos reforços e de 105.000,00 euros nas anulações;

**9.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2013** no valor de 15.525,00 euros nos reforços e de 49.425,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 9ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU.

## **2 - PROPOSTA DE LEI QUE ESTABELECE O REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS. DECLARAÇÃO DA ANMP. SUBSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO PELOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS.**

Presente declaração da ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa à proposta de lei que estabelece o “*Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais*” remetida a esta autarquia para conhecimento e tendo em vista a sua subscrição pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Dr. Álvaro Pereira (**Anexo 3**).

Atento o teor da mesma informa-se que a esta foi subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, que deste facto pretende dar conhecimento ao executivo camarário, considerando a relevância que esta proposta de lei terá ao nível da gestão autárquica, caso a mesma seja aprovada.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**3 - REQ. N.º 301/13 – PC N.º 162/12 – CARLOS MANUEL GAMEIRO**

458 - Presente processo de licenciamento, apresentado por Carlos Manuel Gameiro, com o NIF 155724533, residente em Travessa do Jornal, n.º 6, Embra, em Marinha Grande, para o licenciamento de obras de alteração de edifício habitacional com dois pisos e dois fogos e licenciamento de obra de construção (legalização) de um edifício anexo, complementar ao edifício principal, com garagem e telheiro, existentes no prédio sito na rua da Embra, n.º 65, em Embra, na Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11200 e na matriz predial urbana sob o n.º 19570-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos, datados de 15/11/2012 e de 20/05/2013, que atestam encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, a Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento de obras de alteração de edifício habitacional com dois pisos e dois fogos e licenciamento, e licenciamento da obra de construção (legalização) de um edifício anexo, complementar ao edifício principal, com garagem e telheiro, incidentes sobre o prédio sito na Rua da Embra, n.º 65, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11200 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19570-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por Carlos Manuel Gameiro, com o NIF 155724533, residente em Travessa do Jornal, n.º 6, Embra, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:**

**1- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - REQ. N.º 767/13 – PC N.º 66/09 – MANUEL PINTO**

459 - Presente requerimento n.º 767/13, datado de 2013/05/21, constante do processo camarário n.º 66/09, subscrito por Manuel Pinto, NIF n.º 165556684, com residência na Rua do Lamarão, n.º 38, Lugar de Camarnal, Freguesia de Marinha Grande, pelo qual são aditados ao processo, elementos referentes ao pedido de licenciamento da “*Legalização, alteração e ampliação de moradia unifamiliar e anexos*” existentes, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua do Lamarão, n.º 38, Lugar de Camarnal, Freguesia de Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Presente Declaração de Compromisso na qual o requerente declara “(...) *que cede ao domínio público a área de 409,21m2 para o actual arruamento de acesso à sua habitação e vizinhos. Mais declara, que quando a Câmara Municipal da Marinha Grande efectuar o prolongamento do actual arruamento, que não se opõe à cedência de mais 135,77m2. As áreas mencionadas podem ser vistas no Levantamento Topográfico/Planta de Implantação (Des. N.º 40c), pertencente ao PC N.º 66/09, e da qual se anexa uma cópia.*”

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2013/05/22, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico de 2013/05/22 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a redação da Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22- E/98, de 30/11.**
- 3. Execução de todos os arranjos exteriores que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.**
- 4. Caso a Câmara Municipal venha a executar a consolidação da Rua do Lameirão, com a configuração prevista no estudo de desenho urbano desenvolvido pelos respetivos serviços, o titular do prédio ficará sujeito à cedência da área 135,77m2, conforme consta da peça gráfica correspondente ao “Desenho n.º 40c - Levantamento Topográfico/Planta de Implantação”.**

**Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N.º 713/13 – PC N.º 314/12 – MARIA HELENA MENDES VINAGRE SOUSA ARTILHEIRO**

460 - Presente processo apresentado por Maria Helena Mendes Vinagre Sousa Artilheiro, com o NIF 121103714, residente na Rua 10 de Junho, n.º 8, Freguesia de Moita, Concelho de Marinha Grande, com vista ao licenciamento de obra de demolição de moradia e licenciamento de obra de construção de moradia e de construção de muro de vedação na frente do prédio, a levar a efeito no prédio misto, com a área de 1278,58 m2, sito na Rua

Figueira do Gomes, n.º 18, Freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1488 e inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 227 e na matriz rústica sob o artigo n.º 1358, da referida Freguesia da Moita, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária tomada em reunião de Câmara Municipal, realizada em 04/04/2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 20/05/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentação de peças desenhadas retificativas que considerem o encaminhamento das águas pluviais para um poço absorvente existente no terreno ou apresentação de autorização da ARH Centro, pelo encaminhamento das águas pluviais para a vala.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 3. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N.º 723/13 – PC N.º 284/12 – HELGA MARGARIDA BERNARDO ROSA**

461 - Presente pedido de licenciamento em nome de Helga Margarida Bernardo Rosa, com NIF 198015763, residente na Rua da Ilha do Corvo, nº 3 – 1.º, Freguesia de Marinha Grande,

referente à legalização de alteração e ampliação de moradia T4 de rés-do-chão e 1º andar, localizada num prédio sito na Rua das Sorraipas, nº 7, lugar de Amieirinha, freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 11939/19981123 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 15340 da referida Freguesia de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 22/04/2013.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 15/05/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

**1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

**1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N.º 1648/12 – PC N.º 290/12– REPARMOLDE, REPARAÇÕES DE MOLDES PARA VIDRO, LDA.,**

462 - Presente pedido de licenciamento em nome de REPARMOLDE, REPARAÇÕES DE MOLDES PARA VIDRO, LDA., com NIF 506028909, com sede na Rua da Cerca, Picassinós, referente à legalização de alterações e ampliações das instalações fabris, localizada num prédio sito na Rua da Cerca, Picassinós, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 1486/19580908 e inscrito na

matriz predial urbana sob o nº 10271, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 29/11/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 21/05/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. A emissão do alvará de construção ficará condicionada à apresentação de ficha eletrotécnica ou projeto elétrico do edifício;**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
- 3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - REQ. N.º 63/13 – PC N.º 17/13 – TESTE-SOC.MOLDES E INJECCÃO DE PLÁSTICOS, LDA.**

463 - Presente processo de licenciamento, em nome de Teste-Soc.Moldes e Injecção de Plásticos, Lda., com o NIPC 503 370 088, com sede na rua Nova do Moinho de Cima, Cumeiras, para a construção de um muro e pavimentação de estacionamento no seu prédio sito na rua Nova do Moinho de Cima, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6660 e na matriz predial rústica sob o n.º 1035, da freguesia e concelho da Marinha Grande;



Presente informação técnica datada de 23/05/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o processo de licenciamento, em nome de Teste-Soc.Moldes e Injecção de Plásticos, Lda., com o NIPC 503 370 088, com sede na rua Nova do Moinho de Cima, Cumeiras, para a construção de um muro e pavimentação de estacionamento no seu prédio sito na rua Nova do Moinho de Cima, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6660 e na matriz predial rústica sob o n.º 1035, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1.- Proceder, nos termos do n.º 3 do artigo 19.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG) à execução do passeio ao longo da frente do terreno confinante com a rua Nova do Moinho de Cima, com dimensões, alinhamento e materiais idênticos aos existentes na frente do terreno situado a nascente, de acordo com indicação a prestar pelos serviços municipais, que deverá ser previamente solicitada.**
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQ. N.º 652/13 – PC N.º 6/13 – VITOR MANUEL DE MATOS FRANCO**

464 - Presente pedido de licenciamento em nome de VITOR MANUEL DE MATOS FRANCO, com NIF 167052578, residente na Rua Afonso Lopes Vieira, nº 46, 2.º Dto/Frente, Leiria, referente à legalização de alteração e ampliação de habitação e anexos, incidente sobre um prédio sito na Rua Joaquim Domingues, gaveto com a Rua da Escola Secundária nº 2, lugar da Boavista, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 17994 e inscrito na matriz predial urbana sob o nº 3102 e inscrito na matriz predial rústica sob o nº 6274, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 21/03/2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 16/05/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

**1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

**1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **10 - REQ. N.º 653/13– PC N.º 453/11 – ELCA SOFIA RINO DOS SANTOS**

465 - Presente processo de licenciamento referente à obra de legalização da alteração e ampliação de edificação existente, localizada num prédio sito na Rua Álvaro Ferreira da Silva, n.º 48, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, apresentado por Elca Sofia Rino dos Santos, com o NIF 200256319, deferido por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 2013/04/04.

Presente requerimento n.º 653/13, de 30/04, a solicitar a emissão de alvará de licença de obras de edificação, contendo em anexo, para além dos respetivos elementos instrutórios, nova estimativa orçamental e calendarização da execução da obra.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2013/05/16 propondo a aprovação dos referidos elementos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico referido, a Câmara Municipal deliberou aprovar a nova estimativa orçamental e calendarização da execução da obra, em anexo ao pedido de emissão de alvará de licença requerido.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**11 - REQ. N.º 720/13 – PC N.º 136/13 – ANTÓNIO EMILIO SANTOS OLIVEIRA**

466 - Presente requerimento n.º 720/13, datado de 14/05, constante do processo camarário n.º 136/13, subscrito por António Emílio dos Santos Oliveira, NIF n.º 115225897, com residência na Rua das Raízes, lugar de Casal Galego, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a emissão de Certidão de Destaque de prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2781 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o n.º 4605 (PARTE), sito na Rua das Raízes, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2013/05/21, a enquadrar devidamente a pretensão.

**Analisada a pretensão, bem como o parecer técnico referido que propõe o indeferimento do pedido, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito dela constantes que se passam a reproduzir, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 15 dias úteis, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer:**

***“(...) propõe-se o indeferimento o pedido de emissão da certidão de destaque requerida, em virtude da operação pretendida não garantir o cumprimento do disposto no n.º 4 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, dado uma das parcelas a constituir, referenciada como “Parcela Sobrante”, não confrontar diretamente com único arruamento público confinante com o prédio em causa, a Rua das Raízes.”***

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - REQ. N.º 2538/10 – PC N.º 26/06 – HABLENA – CONSTRUÇÕES E VENDAS IMOBILIÁRIAS, LDA.**

467 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de construção de bloco habitacional e comercial, a que foi atribuído o número de processo 26/06, incidente sobre um prédio sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 90, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por HABLENA – Construções e Vendas Imobiliárias, Lda., com o NIPC – Numero de Identificação de Pessoa Coletiva 502493984, com escritório na Rua Poetisa Natália Correia, n.º 234-A, Leiria, Freguesia de Leiria, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 27/11/2008.

Presente informação técnica datada de 22/05/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar, em sede de audiência prévia, sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 27/11/2008, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de bloco habitacional e comercial, incidente sobre um prédio sito Rua Marquês de Pombal, n.º 90, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.

- O titular do processo de licenciamento nº 26/06, HABLENA – Construções e Vendas Imobiliárias, Lda., com o NIPC 502493984, com escritório na Rua Poetisa Natália Correia, n.º 234-A, Leiria, Freguesia de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 333/13, de 05/04/2013, rececionado em 15/04/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 06/05/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 26/06, HABLENA – Construções e Vendas Imobiliárias, Lda., tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de construção de bloco habitacional e comercial, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **13 - REQ. N.º 631/13 – PC N.º 230/12 – JOSÉ FRANCISCO SOUSA JÚNIOR**

468 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 392/13 de 14/03/2013, apresentado por José Francisco Sousa Júnior, com o NIF 114069182, residente em Rua do Cartaxo, n.º 13, lugar de Bico da Garcia, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cujas obras de alteração foram licenciadas no âmbito do processo n.º 230/12, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 32/13, emitido em 12/03/2013. Presente parecer técnico datado 16/05/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua do Cartaxo, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de José Francisco Sousa Júnior, residente em Rua do Cartaxo, n.º 13 lugar de Bico da Garcia, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteta Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

14 - REQ. N.º 2262/10– PC N.º 123/07 – CRISAL-CRISTALARIA AUTOMÁTICA, S.A.

Processo retirado da ordem do dia.

15 - REQ. N.º 367/11 – PC N.º 327/08 – JOSÉ ROSA SOARES

Processo retirado da ordem do dia.

16 - REQ. N.º 538/11– PC N.º 20/07– ANTÓNIO BARROS

469 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo 20/07, incidente sobre um prédio sito no lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por António Barros, com o NIF 160339855, residente em Estrada de S. Pedro,

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

n.º 135, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 18/03/2010.

Presente informação técnica datada de 24/05/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 18/03/2010, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, incidente sobre um prédio sito no lugar de Salgueiro, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.

- O titular do processo de licenciamento nº 20/07, António Barros, com o NIF n.º 160339855, residente na Rua Estrada de S. Pedro, n.º 135, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 335/13, de 05/04/2013, rececionado em 11/04/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 02/05/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e pela lei nº 28/2010 de 2 de setembro – RJUE, sem que o titular do processo nº 20/07, António Barros, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do artigo 71.º do mencionado RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento de construção de edifício habitacional e muros de vedação, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - REQ. N.º 2900/10 – PC N.º 239/09 – PEDRO MANUEL DOS REIS MOREIRA**

470 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de Construção de uma Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação, incluindo a demolição de edificação existente, a que foi atribuído o número de processo 239/09, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Junqueira, Lugar de Casal d'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por Pedro Manuel dos Reis Moreira, NIF n.º 202064646, com residência no Largo da Lota, n.º 3, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 13/01/2011.

Presente informação técnica datada de 27/05/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 13/01/2011, foi deferido o projeto de arquitetura referente à obra de Construção de uma Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação, incluindo a demolição de edificação existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Junqueira, Lugar de Casal d'Anja, freguesia de Vieira de Leiria.

- O titular do processo de licenciamento nº 239/09, Pedro Manuel dos Reis Moreira, NIF nº 202064646, com residência no Largo da Lota, nº 3, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício nº 15/13, de 09/01/2013, rececionado em 16/01/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o respetivo projeto de arquitetura, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no nº 1 do artigo 20.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei nº 28/2010, de 2 de setembro e após o termo do prazo de suspensão previsto no mencionado nº 6 do mesmo artigo;

- Para o efeito foram-lhe fixados 30 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 27/02/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de seis meses, previsto no nº 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, bem como o prazo de suspensão de seis meses, previsto no nº 6 do mesmo artigo, sem que o titular do processo nº 239/09, Pedro Manuel dos Reis Moreira, tenha apresentado os projetos das especialidades, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 6 do referido artigo 20.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura referente à obra de Construção de uma Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação, incluindo a demolição de edificação existente, sito na Rua da Junqueira, Lugar de Casal d'Anja, freguesia de Vieira de Leiria, ao abrigo do referido no nº 6 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - REQ. N.º 3277/09 – PC N.º 973/99 – VITOR MANUEL GASPAR MENDES**

471 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento de alteração de construção de um edifício destinado a habitação e comércio, incidente sobre o lote 3 do loteamento sito Urbanização das Vergieiras, Lugar de Vergieiras, freguesia de Marinha Grande, com o alvará e loteamento n.º 6/99, a que foi atribuído o número de processo 973/99, apresentado por Victor Manuel Gaspar Mendes, NIF n.º 154944343, com residência na Urbanização Casais de S.Romão, Lote 71, Freguesia de Pousos, Concelho de Leiria, aprovado por despacho do Sr. Vereador do Urbanismo, datado de 09/06/2005.

Presente informação técnica datada de 24/05/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença, em virtude de não terem sido iniciadas as obras tituladas pelo alvará de construção n.º 336/07, emitido em 17/12/2007, cuja validade terminou em 07/12/2009.

Considerando que:

- Por despacho do Sr. Vereador do Urbanismo, datado de 09/06/2005, foi deferido o pedido de licenciamento de construção de um edifício destinado a habitação e comércio, no lote 3 da Urbanização junto à Escola Nery Capucho, incidente sobre um prédio sito na Urbanização das Vergieiras, Lugar de Vergieiras, freguesia de Marinha Grande.

- Em 17/12/2007 foi emitido a alvará de obras de construção n.º n.º 336/07, emitido em 17/12/2007, válido até 07/12/2009.

- O titular do processo de licenciamento n.º 973/99, Victor Manuel Gaspar Mendes, como o NIF 154944343, com residência na Urbanização Casais de S.Romão, Lote 71, Freguesia de Pousos, Concelho de Leiria, foi regularmente notificado pelo ofício n.º 36/10, de 11/01/2010, rececionado em 20/01/2010, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter iniciado as obras no prazo de nove meses a contar da data da emissão do alvará;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 10/02/2010;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

**A Câmara Municipal, verificando que as obras objeto do pedido de licenciamento aprovado e tituladas pelo alvará de construção n.º 336/07, emitido em 17/12/2007, não foram iniciadas no prazo de nove meses a contar da data da emissão do referido alvará, nem concluídas no prazo fixado na licença, conforme disposto nas alíneas a) e d) do n.º 3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual – RJUE, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que o titular do processo n.º 973/99, Victor Manuel Gaspar Mendes tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do pedido de licenciamento de alteração de construção de um edifício destinado a habitação e comércio, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



**19 - REQ. N.º 1658/12 – PC N.º 449/2012 – AFONSO JESUS CAMINHO**

472 - Presente pedido de certidão que ateste a natureza rústica de um prédio sito na Rua do Bico, lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 20/12/2012, a enquadrar o prédio no Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor para o local.

Presente informação técnica datada de 20/12/2012, sobre a inserção do prédio na área de intervenção do Plano de Pormenor da Garcia, em fase de elaboração.

Presente parecer emitido pela Divisão Jurídica e de Comunicação, a enquadrar juridicamente a pretensão.

A Câmara Municipal analisou as referidas informações técnicas, designadamente a que propõe o indeferimento do pedido de certidão e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do mesmo, delibera, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar o requerente para, no prazo de 10 dias, dizer, por escrito, o que se lhe oferecer.

O parecer em causa é assim reproduzido na parte que para o efeito interessa:

*“Nos termos do artigo 204.º, n.º 2 do Código Civil, “entende-se por prédio rústico uma parte delimitada do solo e as construções nele existentes que não tenham autonomia económica, e por prédio urbano qualquer edifício incorporado no solo, com terrenos que lhe sirvam de logradouro”.*

*Nos termos do disposto no artigo 14.º, n.º 1 da Lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo – Lei 48/98, de 11 de agosto, a ocupação, a utilização e a transformação do solo estão subordinadas aos fins, princípios gerais e objetivos específicos constantes do artigo 3.º, 5.º e 6.º do mesmo diploma e conformam-se com o regime de uso do solo definido nos instrumentos de planeamento territorial.*

*No art.º 15.º, n.º 2 da mesma Lei, considera-se:*

- a) Solo rural, aquele para o qual é reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou de lazer, ou que seja ocupado por infra-estruturas que não lhe confirmem o estatuto de solo urbano;*
- b) Solo urbano, aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano.*

*No regulamento do Plano Diretor Municipal, o lugar de Garcia foi considerado como um aglomerado urbano – art.º 5.º, n.º 1, alínea d) – sendo que o prédio objeto da pretensão, face às cartas de ordenamento e de condicionantes do PDM, insere-se dentro do aglomerado urbano da Garcia, em espaço urbanizável.*

*Em termos jurisprudenciais, a classificação dos terrenos e o seu enquadramento tem que ter em conta as suas características físicas e químicas em concreto, a sua natureza, a aptidão para que são dotados e ainda a espécie de cultura “ a que normal e predominantemente são destinados e lhes convém para o seu racional aproveitamento e eficiente exploração”(Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 10-01-79, in CJ, IV, 1, pag. 16 e ss).*

*A distinção entre a natureza rústica ou urbana de um prédio, assenta, pois, numa avaliação casuística, tendo subjacente um critério de destinação ou afetação económica do solo em causa e, sempre que possível ser considerado de harmonia com a sua parte principal e essa, a priori, ou é rústica ou urbana (Acórdão do STJ de 28-02-2008 – Proc.º 08º075).*

*Para efeitos fiscais são prédios rústicos os terrenos situados fora de um aglomerado urbano que não sejam de classificar como terrenos para construção, desde que estejam afetos ou, na falta de concreta afetação, tenham como destino normal uma utilização geradora de rendimentos agrícolas, tais como considerados para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), ou, não tendo aquela afetação, não se encontrem construídos ou disponham apenas de edifícios ou construções de caráter acessório, sem autonomia económica e de reduzido valor.*

*São também prédios rústicos os terrenos situados dentro de um aglomerado urbano, desde que, por força de disposição legalmente aprovada, não possam ter utilização geradora de rendimentos agrícolas e estejam a ter, de facto, esta afetação.*

*Em conclusão, o prédio objeto da pretensão identificado no levantamento topográfico reúne todos os requisitos para se manter como prédio urbano e não como rústico, não obstante nele se encontrarem árvores e mato, como referido.*

*Face ao regime de classificação e qualificação constante no Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, vinculativo para os particulares e com o qual o requerente tem que conformar a ocupação, a utilização e a transformação do seu prédio, a aptidão deste é fundamentalmente urbana e sujeita aos indicadores urbanísticos constantes do artigo 5.º, n.º 10 do Regulamento do PDM.*

*Tendo em consideração essa aptidão urbana do prédio em causa, e a sua inserção em espaço urbanizável, que a Câmara Municipal, no cumprimento do seu dever de ordenar o território, o integrou na área de intervenção do futuro Plano de Pormenor da Garcia, em elaboração.*

*Face ao exposto, não existe fundamento legal que permita à Câmara Municipal emitir a certidão ao requerente, nos termos solicitados – que o prédio é um terreno rústico e que no mesmo não se pode construir.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Depois de apreciados e votados os processos de obras particulares agendados e fora de agenda, a reunião foi interrompida pelas 13:20 horas, para almoço.

Recomeçou às 14:30 horas, com a continuação da ordem do dia, não se encontrando presente, neste período, o Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

**20 - HABITAÇÃO SOCIAL – RUA PROF. MELO VIEIRA, BLOCO 7 – 2.ª ESQDª. – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: ALBANO COELHO SANTOS – FALTA DE USO DO LOCADO – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.**

473 - Presente informação I/1367/2013, de 09-04-2013, da DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, que aqui se dá para todos os efeitos como integralmente reproduzida, na qual se expuseram os factos demonstrativos da situação de abandono do locado, se anexaram todos os antecedentes e se propõe, em consequência, a resolução do contrato de arrendamento celebrado com Albano Coelho Santos.

**A Câmara Municipal apreciou e considerando que:**

- 1. A razão de ser de toda a legislação especial relativa ao arrendamento social de casas económicas ou de casas de renda económica, visa a protecção das famílias de mais fracos rendimentos (e não todos aqueles que vendo os seus recursos económicos aumentados, possam recorrer ao mercado habitacional livre), assim acontecendo com todos os bairros sociais propriedade do município da Marinha Grande, que foram construídos ou pela Câmara Municipal ou pelo Ex-Fundo de Fomento da Habitação com essa finalidade social intrínseca e que como tal se mantêm até hoje;**
- 2. Destinando-se os fogos de habitação social ao alojamento de famílias de fracos recursos económicos, compreende-se e justifica-se que o direito de habitar essas casas seja retirado àqueles arrendatários a quem, em determinado momento e por qualquer motivo, deixem de estar naquela situação de “necessidade” que motivou a celebração do contrato de arrendamento ou que por outras vicissitudes não comunicadas ao município, deixem de habitar no locado;**
- 3. O arrendatário, Albano Coelho Santos, reconhece que já não tem há alguns anos o seu centro de vida e a sua economia familiar centrado na fração arrendada, o que se demonstra pela inexistência de consumos de água compatíveis com o uso habitacional da mesma, mas eventualmente noutro local não identificado no processo, não tendo comunicado esse facto nem os respectivos motivos à Câmara Municipal, nem tendo procedido à entrega voluntária da fração, como era seu dever,**
- 4. Nos termos do disposto no art.º 38.º, n.º 1, alínea a) ponto iv), do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, constitui fundamento bastante para a resolução do contrato de arrendamento, o não uso do locado por mais de um ano;**
- 5. Sendo a habitação social um bem escasso e tão necessário ao município da Marinha Grande para alojamento dos muitos agregados familiares de fracos recursos económicos que se encontram em “lista de espera”, não pode o**

**município tolerar a manutenção de situações de abandono injustificado do locado por tão longo período de tempo,**

**Delibera requerer a resolução, por via judicial, do contrato de arrendamento celebrado com Albano Coelho Santos, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 1084.º, n.º 2, do Código Civil, por o mesmo já não residir no locado e não ter o centro da sua economia e vida familiar no mesmo há vários anos.**

**Mais delibera intentar a consequente acção de despejo prevista no art.º 14.º do NRAU e que tem por objectivo “...fazer cessar a situação jurídica do arrendamento, sempre que a lei imponha o recurso à via judicial...”, cometendo à Divisão Jurídica e de Comunicação, a remessa do processo ao escritório do Dr. Victor Faria, na qualidade de advogado avençado da Câmara.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - HABITAÇÃO SOCIAL – AV.ª. DA LIBERDADE, BLOCO L, 3.ª FRENTE DRTª., – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: PAULO ALEXANDRE CALADO GRÁCIO – FALTA DE USO DO LOCADO – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.**

**Processo retirado da ordem do dia.**

**22 - HABITAÇÃO SOCIAL – PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 2, 1.ª DIREITO – CASAL DO MALTA - TITULAR DO CONTRATO: LAURA PINHO SILVA SANTOS – RENDAS EM ATRASO – INCUMPRIMENTO DE ACORDOS DE PAGAMENTO DE DÍVIDA – RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO.**

474 - Presente informação 1/79/2013, de 25-01-2013, da DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, pela qual foi efetuado o ponto de situação das rendas em atraso por parte da arrendatária da habitação social sita na Praceta da Liberdade, Bloco 2 – 1.ª Direito, Casal do Malta, que ascendiam naquela data a 560,81€, afirmado o total desinteresse da arrendatária em cumprir os acordos de pagamento da dívida anteriormente celebrados e o total desinteresse em comparecer nos serviços camarários para tratar desse mesmo assunto.

Em informação do Chefe da DCD, Dr. Pedro Jerónimo, produzida no WebDoc em 01-04-2013, é referido o seguinte: “*Além do exposto, obtive ainda junto da PSP da Marinha Grande informação que esta habitação foi alvo de uma rusga. Sendo assim e considerando que este cenário é já por si grave, solicita-se o encaminhamento para a DJC proceder aos procedimentos para a acção de despejo.*”.

Em 14-05-2013, a DCD actualizou o montante das rendas em atraso que, nesta data era de 371,43€ (trezentos e setenta e um euros e quarenta e três cêntimos).

**A Câmara Municipal apreciou e considerando que:**

1. A arrendatária tem, sistematicamente, falhado os seus compromissos de pagamento quer das rendas em atraso, quer das atuais, substancialmente reduzidas, apesar dos vários acordos de regularização de dívidas celebrados com o município;
2. À data de 25-01-2013 a dívida ascendia já a 560,81€ (quinhentos e sessenta euros e oitenta e um cêntimos) incluindo o mês de fevereiro de 2013.
3. Nos termos do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, e do art.º 1038.º do Código Civil, são deveres dos arrendatários o pagamento atempado da renda e ainda o cumprimento dos acordos de regularização de dívida;
4. De acordo com o previsto no art.º 1083.º, n.º 2 do C.C., constitui fundamento para a resolução do contrato *“...o incumprimento que, pela sua gravidade ou consequências, torne inexigível ao município a manutenção do arrendamento, designadamente quanto à resolução pelo senhorio”*;
5. No n.º 3 do mesmo artigo 1083.º preceitua-se que *“É inexigível ao senhorio a manutenção do arrendamento em caso de mora superior a três meses no pagamento da renda...”*;
6. A forma de operar a resolução do contrato consta do art.º 1084.º do C.C., no qual se prevê no n.º 1 a resolução por comunicação fundada no atraso de pagamento de rendas superior a três meses e no seu n.º 2 a resolução decretada nos termos da lei de processo, ou seja, pela via judicial, seguindo-se a acção de despejo prevista no art.º 14.º do NRAU e que tem por objectivo *“...fazer cessar a situação jurídica do arrendamento, sempre que a lei imponha o recurso á via judicial...”* e que segue a forma de processo comum declarativo;
7. A comunicação efectuada pelo senhorio destinada à resolução do contrato por falta de pagamento das rendas, nos termos do art.º 1084.º, n.º 1 do C.C., é efectuada mediante notificação avulsa, ou mediante contacto pessoal de advogado, solicitador ou solicitador de execução, na pessoa do notificando que recebe cópia da comunicação e dos documentos que a acompanham, assinando o original, concedendo ao arrendatário um novo prazo para pagamento integral dos valores em dívida – cfr. art.º 9.º, n.º 7 do NRAU,
8. Sendo a habitação social um bem escasso e tão necessário ao município para alojamento dos muitos agregados familiares de fracos recursos económicos que se encontram em “lista de espera”, não pode tolerar-se a manutenção de situações de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

falta de pagamento das rendas por um tão longo período de tempo e a total inércia e desprezo da arrendatária pelo cumprimento dos seus mais elementares deveres nesta matéria,

**Delibera, resolver o contrato de arrendamento celebrado com Laura Pinho Silva Santos, por falta de pagamento de rendas desde janeiro de 2009, ao abrigo do previsto no art.º 1084.º, n.º 1 *ex vi* art.º 1083.º, n.º 3 do Código Civil e do art.º 38.º, n.º 1, alínea d) do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande.**

**Para o efeito, delibera cometer à Divisão Jurídica e de Comunicação, a remessa do processo ao escritório do Dr. Victor Faria, na qualidade de advogado avençado da Câmara, para:**

- a) Formalizar a comunicação da resolução do contrato, através de notificação avulsa ou de contacto pessoal, nos termos do previsto no art.º 9.º, n.º 7 do NRAU-Novo Regime do Arrendamento Urbano, e concedendo à arrendatária um novo prazo de 30 dias para pagamento integral de todas as rendas em atraso.**
- b) Findo esse prazo sem que a dívida de mostre integralmente paga, intentar acção executiva de pagamento de rendas utilizando para o efeito e como título executivo o próprio contrato de arrendamento e a notificação enviada à arrendatária com o montante em dívida, referida na alínea anterior – art.º 15.º, n.º 2 do NRAU.”.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**23 - AFIXAÇÃO DE SUPORTES PUBLICITÁRIOS – FALTA DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL – PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 16/CO/2012 – INFRATORA: SORAIA SOFIA ALMEIDA ANTUNES - REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE VIOLADA – ORDEM DE REMOÇÃO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – DECISÃO FINAL – INUTILIDADE SUPERVENIENTE – ARQUIVAMENTO.**

475 - Esta Câmara Municipal em sua reunião de 19-07-2012 deliberou, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 18.º, n.ºs. 1 e 3 do Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano, conceder à infratora Soraia Sofia Almeida Antunes, titular do NIF 261773232, residente na Rua da Aventura, n.º 19, Brejo, Embrá, freguesia e concelho de Marinha Grande, o prazo de 10 dias úteis para proceder à remoção dos dois suportes publicitários que instalou na fachada do estabelecimento do qual era exploradora denominado “Dock’s Club Caffé”, sito na Rua D. João Pereira Venâncio, n.º 4, Fração N, Marinha Grande e numa parede de outra edificação localizada à entrada do mesmo arruamento, e relativamente aos quais não requereu, até hoje, o respectivo licenciamento municipal.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Em 2 de maio de 2013, os serviços de Fiscalização informaram, via e-mail que se encontra em anexo, que os suportes publicitários em questão já não se encontram instalados naqueles locais, pelo que torna-se inútil prosseguir os trâmites tendentes ao cumprimento da referida ordem de remoção.

**A Câmara Municipal apreciou e constatando a inutilidade do prosseguimento da ordem de remoção dos suportes publicitários em causa, por os mesmos já terem sido removidos dos locais onde se encontravam, não pela visada, exploradora do estabelecimento mas sim pelo proprietário do mesmo, delibera determinar o arquivamento do processo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**24 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – QUEDA DE UMA BRAÇA DE PINHEIRO EXISTENTE EM ESPAÇO PÚBLICO – TEMPORAL OCORRIDO EM JANEIRO - REQUERENTE: MARCO PAULO LOURENÇO PIMENTA DE SOUSA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA – DECISÃO FINAL.**

476 - Presente requerimento apresentado em 25-01-2013 e reiterado em 13-02-2013, por Marco Paulo Lourenço Pimenta de Sousa (registos de entrada n.º E/671/2013 e E/1183/2013), titular do NIF 228025673, residente na Urbanização Quinta das Nespereiras, Lote F2, R/Chão Frente, Marinha Grande, no qual solicita indemnização pelos danos causados na sua viatura automóvel, no dia 19 de janeiro último, por uma braça de um pinheiro existente no espaço público junto à gare de estacionamento existente na urbanização, onde o seu carro se encontrava estacionado.

Apesar de afirmar que o evento se deveu «aos ventos fortes que se fizeram sentir no passado sábado dia 19-01-2013», o requerente imputa a responsabilidade pelos danos ao município uma vez que a árvore é propriedade deste.

Presente Informação jurídica n.º I/1033/2013-FO, de 14-03-2013, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui que pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e manutenção da árvore em causa que era saudável e apenas quebrou pela ação das fortíssimas rajadas de vento que assolaram o concelho no dia em causa.

Em reunião realizada no dia 04-04-2013, a Câmara Municipal deliberou determinar a realização de audiência prévia do requerente, tendo este sido notificado do teor do projecto de decisão de indeferimento e dos respectivos fundamentos de facto e de direito, por ofício n.º S/1346/2013, de 09-04-2013, que foi recebido em 16-04-2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

O prazo de audiência prévia de 10 dias úteis concedido ao requerente expirou no dia 2 de maio de 2013, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações.

Nestes termos, a Câmara Municipal concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/1033/2013 - FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera indeferir o pedido de indemnização apresentado por Marco Paulo Lourenço Pimenta de Sousa, em virtude de não se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual, designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao Município e o pressuposto da culpa, previstos nos artigos 9.º n.º 1 e 10.º da Lei n.º 67/2007, de 17 de Julho, porquanto não foram violados os deveres de vigilância e de conservação da árvore de onde proveio a braça partida que caiu sobre a viatura do requerente, evento que apenas resultou da intempérie e dos ventos ciclónicos que no dia em causa assolaram todo o concelho e o país.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**25 - EDIFÍCIO DEGRADADO – RUA DA QUINTA, N.º 13, ORDEM, MARINHA GRANDE – DEFICIÊNCIAS DE INFILTRAÇÕES DE ÁGUA E NA COBERTURA – PROPRIETÁRIO: JOÃO ALVES POCINHO - FALTA DE OBRAS DE REPARAÇÃO E DE CONSERVAÇÃO – VISTORIA URGENTE.**

477 - Considerando a carta da arrendatária Klaassiena Henderika Ingeborg Schut com registo de entrada E/2661/2013, de 04-04-2013, na qual requer a realização de vistoria ao prédio onde reside, sito na Rua da Quinta, n.º 13, Ordem, Marinha Grande, propriedade de João Alves Pocinho, titular do NIF 130357707, residente na Rua Augusto Oliveira Guerra, n.º 32, R/Chão, Ordem, Marinha Grande, descrevendo deficiências ao nível de infiltrações de água por toda a habitação, ao nível da cobertura e

Considerando que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua da Quinta, n.º 13, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a saúde e segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades e identificando o respectivo licenciamento da edificação para o uso habitacional.



A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Arqt<sup>º</sup>. Ricardo Santos, Eng<sup>º</sup>. Maria João e Dr<sup>º</sup>. Eunice Marques, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território, que serão substituídos, em caso de necessidade, respectivamente, pelo Arqt<sup>º</sup>. Alexandre Fava, Eng<sup>º</sup>. Jorge Junqueira e Eng<sup>º</sup>. Vasco Fernandes.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação ao proprietário do prédio, João Alves Pocinho, titular do NIF 130357707, residente na Rua Augusto Oliveira Guerra, n.º 32, Ordem, Marinha Grande, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **26 - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO – PLANO ESTRATÉGICO 2013.**

478 - O sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação, instituiu numa conceção integrada dos sistemas de gestão e avaliação, consubstanciada em três componentes:

- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços Públicos (SIADAP 1);
- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes (SIADAP 2);
- O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores (SIADAP 3);

O SIADAP assenta numa conceção de gestão dos serviços públicos centrada em objetivos, na qual os resultados obtidos assumem um papel preponderante.

Os resultados devem ser medidos mediante indicadores previamente fixados que permitam, entre outros, a transparência e imparcialidade e a prevenção da discricionariedade.

O artigo 5.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, estabelece, entre outros, como princípios do SIADAP:

- i. Coerência e integração, alinhando a ação dos serviços, dirigentes e trabalhadores na prossecução dos objetivos e na execução das políticas públicas;
- ii. Responsabilização e desenvolvimento, reforçando o sentido de responsabilidade de dirigentes e trabalhadores pelos resultados dos serviços, articulando melhorias dos sistemas organizacionais e processos de trabalho e o desenvolvimento das competências dos dirigentes e dos trabalhadores;
- iii. Eficácia, orientando a gestão e a ação dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores para a obtenção dos resultados previstos;
- iv. Orientação para a qualidade nos serviços públicos.

O Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, procedeu à adaptação do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho aos serviços da administração autárquica, prevendo no artigo 4.º que o SIADAP deve articular-se *“com o sistema de planeamento de cada entidade constituindo um instrumento de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos plurianuais determinados pelo executivo e dos objetivos anuais e planos de atividades, baseado em indicadores de medida a obter pelos serviços.”*

O Balanced Scorecard (BSC), enquanto ferramenta de avaliação do desempenho e de gestão estratégica, permite não apenas a definição dos objetivos e a avaliação do desempenho organizacional, mas também a clarificação e comunicação da estratégia, missão e visão da organização a vários níveis.

Assim, e tendo em vista o cumprimento deste desiderato, **a Câmara Municipal ao abrigo das competências previstas no artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro e artigo 64.º, n.º 7 alínea d) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar o plano estratégico para o ano 2013, assente na metodologia do BSC, conforme anexo 1. (Anexo 4 da presente ata).**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Dr.ª Alexandra Dengucho.**

## **27 - SIADAP 1 – RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS DO ANO DE 2012.**

479 - O Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), aprovado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, aplicável à Administração Autárquica por força do artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, aplica-se ao desempenho dos serviços públicos, dos respetivos dirigentes e demais trabalhadores, assentando num conceito integrado dos sistemas de gestão e avaliação, permitindo alinhar, de uma forma coerente, os desempenhos dos serviços e dos que neles trabalham.

Na avaliação dos serviços (unidades orgânicas, no caso da Administração Autárquica), dos dirigentes e demais trabalhadores, assumem um papel fundamental os resultados obtidos face aos objetivos previamente fixados – objetivos de eficácia, eficiência e qualidade. Os resultados são medidos em função de indicadores também previamente fixados e que permitam garantir a transparência, imparcialidade e discricionariedade do processo de avaliação.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Conforme preceituado no artigo 11.º, n.º 1 do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, a avaliação do desempenho das unidades orgânicas é expressa qualitativamente pelas seguintes menções:

- a) *Desempenho bom*, atingiu todos os objetivos, superando alguns;
- b) *Desempenho satisfatório*, atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes;
- c) *Desempenho insuficiente*, não atingiu os objetivos mais relevantes.

O artigo 10.º do Decreto Regulamentar, prevê que a unidade orgânica apresente um relatório ao membro do órgão executivo de que dependa, evidenciando os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com os objetivos anualmente fixados.

Elaborados os relatórios de desempenho das unidades orgânicas, relativos ao ano de 2012, foi atribuída a nota final pelo respetivo membro do órgão executivo.

Assim, atribuídas as avaliações, caberá agora submete-las a ratificação do órgão executivo em cumprimento do disposto no artigo 12.º, n.º 3 do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro.

Neste sentido, a Câmara Municipal ao abrigo do já citado artigo 12.º, n.º 3 e da competência constante do artigo 64.º, n.º 7 alínea d), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, delibera ratificar as seguintes avaliações atribuídas às unidades orgânicas no ano de 2012:

- Divisão de Gestão Financeira, *Desempenho Bom*;
- Divisão Administrativa e de Gestão de Recursos Humanos, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Cooperação, Comunicação e Modernização, *Desempenho Bom*;
- Divisão Jurídica e de Contratação Pública, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Urbanismo e Licenciamento, *Desempenho satisfatório*;
- Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Cultura e Turismo, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, *Desempenho Bom*;
- Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Proteção Civil, *Desempenho Bom*;

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Dr.ª Alexandra Dengucho.

**28 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO — INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA.**

Assunto retirado da ordem do dia.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

**29 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – REVISÃO DE PREÇOS E REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 21-03-2013.**

**Assunto retirado da ordem do dia.**

**30 - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA, DE 28 DE JANEIRO DE 2013. ADITAMENTO.**

480 - Constatando-se que na deliberação camarária, n.º 40, de 28 de janeiro passado, não foi indicado o formato jurídico da empresa municipal.

Considerando que já se encontra atualizado o registo comercial da empresa no qual se faz menção à sua natureza de E.M. Unipessoal S.A.

Considerando que para efeitos de registo comercial importa completar a referida deliberação de janeiro passado.

**A Câmara Municipal, nos termos do artigo 147.º, do Código do Procedimento Administrativo, delibera aditar na sua deliberação de 28 de janeiro de 2013, no título e no respetivo texto, à menção Transportes Urbanos da Marinha Grande o seguinte: “ E.M. Unipessoal S.A.”**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

**31 - LOTE 16, DA ÁREA INDUSTRIAL DE VIEIRA DE LEIRIA.**

481 - Presente requerimento, apresentado pelo Banco Comercial Português, através do qual solicita a pronúncia desta autarquia quanto à celebração de um contrato de locação financeira imobiliária que tem por objeto o lote 16, da Área Industrial de Vieira de Leiria e o cancelamento das condições inscritas aquando da venda inicial.

Por escritura pública, lavrada no dia 28 de novembro de 2003, foi adquirido, pela empresa Levomolde – Moldes e Plásticos, Lda., o lote n.º 16, da Área Industrial de Vieira de Leiria. A alienação foi sujeita a várias condições relativas à construção da unidade industrial e à obrigação de não alterar a atividade que atualmente exerce, exceto se autorizado pelo vendedor, assim como a imposição de autorização por parte da Câmara Municipal para a transmissão do lote e benfeitorias nele existentes.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

O alvará de construção foi emitido, em 30 de janeiro de 2004 e o alvará de utilização foi emitido em 12 de novembro de 2004. Nestes termos, evidencia-se o cumprimento das condições relativas à construção da unidade industrial.

Considerando que a nova empresa adquirente desenvolve a sua atividade na área dos moldes.

**A Câmara Municipal delibera autorizar a celebração do contrato de locação financeira imobiliária que tem por objeto o lote n.º 16, da Área Industrial de Vieira de Leiria, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5024.**

**A Câmara Municipal delibera ainda autorizar o cancelamento das condições um, dois, três e seis, constantes da escritura outorgada em 28 de novembro de 2003.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **32 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.**

482 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os «**Critérios de Financiamento à Atividade Física**» aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 5**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

<b>CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA</b>
--

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR A ATRIBUIR DE JANEIRO A JUNHO DE 2013
ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	501224254	15.732,90€
CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE	503912530	5.700,00€
FUTEBOL CLUBE "OS BELENENSES"	501124683	2.178,00€
GRUPO DESPORTIVO "OS VIDREIROS"	500885044	1.621,20€
INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	501254242	10.022,40€
SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º DE MAIO	501056467	20.910,00€
SPORTING CLUBE MARINHENSE	501150544	14.580,00€
SPORT LISBOA E MARINHA	501219340	8.522,40€

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2012/A/99 do Plano de Actividades Municipais.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do previsto no art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Presidente da Direção de um dos Clubes Desportivos agora contemplados.

**33 - SELEÇÃO DA ENTIDADE COORDENADORA LOCAL DA PARCERIA (ECLP) E COORDENADOR TÉCNICO DO PROGRAMA CLDS+ (CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL) A IMPLEMENTAR NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

483 - Presente informação n.º 1547 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 24 de maio de 2013, referente à necessidade de selecionar uma entidade que assuma as funções de coordenação administrativa e financeira do CLDS+, bem como o seu coordenador técnico, de forma a dar cumprimento à Portaria nº 135-C/2013, de 28 de março.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Considerando que, o Programa CLDS+ tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate das situações críticas de pobreza, especialmente a infantil, da exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades, tendo igualmente especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade.

Considerando que, de 17 de Abril de 2009 a 16 Abril de 2012, decorreu o Programa CLDS, no concelho da Marinha Grande, dinamizado pela instituição Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II, IPSS, tendo os Relatórios de Auto-avaliação e de Execução Física merecido aprovação por unanimidade por parte do Conselho Local de Ação Social da Marinha Grande, no dia 28/03/2012;

**A Câmara Municipal analisou a referida informação e, delibera ao abrigo do nº 4 da Norma X, da Portaria nº 135-C/2013 e, da alínea h) do n.º 2, do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que a Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP), seja a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande - ADESER II, IPSS, e o Coordenador Técnico a Licenciada Marina Domingues, dada a experiência e conhecimento adquirido durante os três anos de desenvolvimento do Programa CLDS, bem como do conhecimento das estratégias de atuação e serviços a prestar à comunidade que deles necessita.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **34 - ATRIBUIÇÃO DE FOGOS SOCIAIS PELOS CANDIDATOS ADMITIDOS, NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES SOCIAIS E CÁLCULO DAS RESPECTIVAS RENDAS APOIADAS A APLICAR.**

484 - Presente informação n.º 1517/2013, da D.C.D., datada de 17 de maio, referente à necessidade de se dar continuidade ao realojamento de mais agregados familiares admitidos no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 37 habitações sociais.

Mais se informa que as habitações a atribuir aos candidatos a realojar, designadamente Raúl Fernandes e José de Sousa Santos, são de tipologia adequada à constituição dos respetivos agregados familiares.

Considerando que a lista definitiva dos candidatos admitidos e excluídos do referido concurso foi recentemente aprovada em reunião de câmara, de 4 de abril do corrente ano;

Considerando que nos termos do previsto no artigo 19.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização e das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, a afetação das habitações deve ser efetuada pela ordem constante da lista e de acordo com as habitações disponíveis e adequadas a cada um dos agregados.

Considerando que numa 1.ª fase foram já atribuídas 20 habitações sociais;

Considerando que neste momento existem mais duas habitações de tipologia adequada que nos permitem realojar dois agregados familiares;

Considerando que os candidatos em causa aceitaram a proposta de realojamento apresentada;

Considerando os rendimentos declarados pelos respetivos agregados familiares,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, concordar com a atribuição das duas habitações sociais abaixo indicadas pelos respetivos candidatos admitidos, no âmbito do procedimento concursal para este fim, bem como com o valor das rendas a aplicar, constantes nos quadros seguintes:**

1 – Rua António Lopes

MORADOR	N.º POLÍCIA	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR
Raúl Fernandes	81	T1	92,66€

2 - Rua Adriano M. Nobre

MORADOR	N.º POLÍCIA	TIPOLOGIA	RENDA A APLICAR
José de Sousa Santos	59	T1	108,77€

**Mais delibera que o valor das rendas a aplicar entre em vigor, a partir de julho do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **35 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**

485 - Presente informação n.º 1541/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 23 de maio de 2013, a dar conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Actividade Física para a 3.ª Idade de 2013.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Actividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua actividade exclusivamente na mesma.



Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 6**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

**Assim, a Câmara Municipal delibera de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:**

Entidade	NIF	Valor
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540 563	1.500 Euros
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724	1.500 Euros
Clube Desportivo Moitense	501 216 049	1.500 Euros
Industrial Desportivo Viegense	501 254 242	1.500 Euros
Sociedade Instrução e Recreio 1º de Maio	501 056 467	1.500 Euros
Associação Portuguesa dos Doentes de Parkinson	504 058 550	1.500 Euros

**O referido apoio tem cabimento na rubrica 2013/A/49 do Plano de Actividades Municipais para o corrente ano.**

**Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2014.**

**A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**36 - ANULAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES N.º 81, À CANDIDATA RAQUEL FERNANDES DE JESUS PEDROSO, POR MOTIVO DE DESISTÊNCIA DA MESMA.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

486 - Em reunião de câmara datada de 4 de abril de 2013 e no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, em conjugação com o n.º 5 do artigo 16.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande “ ***a Câmara Municipal deliberou aprovar a listagem definitiva dos candidatos admitidos e excluídos do concurso de habitação social...***”

Considerando que do referido procedimento concursal constavam 37 habitações sociais para atribuir;

Considerando que dessa lista definitiva de candidatos, Raquel Fernandes de Jesus Pedroso ficou apurada, ocupando o 10.º lugar;

Considerando que posteriormente em reunião de câmara de 2 de maio do corrente ano foi ainda aprovada a atribuição das vinte primeiras habitações e respetiva distribuição pelos candidatos;

Considerando que, à candidata em causa, foi atribuída a habitação sita na Rua António Lopes n.º 81, de tipologia T1;

Considerando que com base nos rendimentos declarados o valor da renda a aplicar, a partir do próximo mês de junho, seria de 5,24€ (cinco euros e vinte e quatro centavos);

Considerando que a candidata admitida Raquel Fernandes de Jesus Pedroso, através de ofício com o n.º de registo 3504, datado de 13 de maio de 2013, declarou desistir da habitação atribuída;

Considerando que ao abrigo da alínea b) do artigo 20.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande é motivo de exclusão da lista de candidatos selecionados: “ *os que recusem a ocupação da habitação atribuída...*”;

Considerando que, a formalização da atribuição e aceitação do fogo é efetuada através da celebração de contrato de arrendamento que não se concretizou;

**A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, tomar conhecimento da decisão da candidata e proceder à sua exclusão da lista de candidatos selecionados.**

**Mais delibera ainda a inibição de nova candidatura, por parte da candidata, quer nessa qualidade, quer na de membro de agregado familiar concorrente, pelo período de dois anos, tal como determina o n.º 5 do artigo 20.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**37 - TRAVESSA DO BREJO, Nº. 11 – FIGUEIRAS - PASSAGEM DE COLETORES DOMÉSTICO E PLUVIAL NA PROPRIEDADE DE JOSÉ ANTÓNIO PEREIRA DE SOUSA**

487 - Considerando que aquando da execução das empreitadas de “Mudança de colector pluvial na Travessa do Brejo – Ajuste Directo nº. 20/2008” e “Execução de colector doméstico na Travessa do Brejo e Rua da Lagoa – Figueiras – Concurso Limitado nº. 04/2007” se tornou imprescindível a cedência de passagem dos colectores em propriedade particular;

Considerando que, então, foi possível chegar a acordo com José António Pereira de Sousa, NIF 172894450, proprietário do prédio urbano inscrito na respectiva matriz sob o artigo nº. 10225, que confronta a norte com Joaquim Duarte Pedroso, a sul com Manuel Francisco Alves, a nascente com Joaquim da Cruz e Outros e a poente com José Luz Lino;

Considerando que o proprietário autoriza a passagem dos colectores, de acordo com o artigo 26º., nº. 1, alínea b), do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, tendo como contrapartidas a autorização de execução de um portão de acesso à propriedade e execução graciosa do ramal domiciliário de esgotos domésticos para servir a moradia, pagando a respectivas taxas, este último já executado, nos termos constantes das fichas de contacto 07/08/2007 e 11/01/2013.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com as fichas anexas (Anexo 7), delibera aprovar a execução e instalação, com carácter permanente e não oneroso, de um coletor de saneamento no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo nº. 10225, a favor de José António Pereira de Sousa, que confronta a Norte com Joaquim Duarte Pedroso, a sul com Manuel Francisco Alves, a nascente com Joaquim da Cruz e Outros e a poente com José Luz Lino, sujeito à área de proteção e demais condições previstas no plano diretor municipal da Marinha Grande, para execução das empreitadas de “Mudança de colector pluvial na Travessa do Brejo – Ajuste Directo nº. 20/2008” e “Execução de colector doméstico na Travessa do Brejo e Rua da Lagoa – Figueiras – Concurso Limitado nº. 04/2007”.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**38 - RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE ADRIANO DA SILVA MORGADO**

488 - Considerando que para a execução da rede de saneamento se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Adriano da Silva Morgado, NIF 129538914, proprietário do prédio rústico inscrito na respectiva matriz sob o artigo nº. 570, que confronta a norte com Alexandre de Sousa Morgado, a sul com José Morgado Júnior, a nascente com Vala Mestra e a poente Regueira;

Considerando que o proprietário autoriza a passagem da rede de saneamento sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa (Anexo 8), delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor de saneamento no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 570, a favor de Adriano da Silva Morgado e outros, sujeito à área de proteção e demais condições previstas no plano diretor municipal da Marinha Grande.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **39 - RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE AIDA COELHO DUARTE**

489 - Considerando que para a execução da rede de saneamento se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Aida Coelho Duarte, NIF 161467253, proprietária do prédio rústico inscrito na respectiva matriz sob o artigo nº. 572, que confronta a norte com Ramiro da Luz Vicente, a sul com Joaquim Francisco Grácio, a nascente com Caminho Público (Rua da Lameira) e a poente Regueira;

Considerando que a proprietária autoriza a passagem da rede de saneamento sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa (Anexo 9), delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor de saneamento no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 572, a favor de Aida Coelho Duarte, sujeito à área de proteção e demais condições previstas no plano diretor municipal da Marinha Grande.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**40 - RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA  
PROPRIEDADE DE HERMÍNIO JORGE SOARES**

490 - Considerando que para a execução da rede de saneamento se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Hermínio Jorge Soares, NIF 113638191, proprietário do prédio rústico inscrito na respectiva matriz sob o artigo nº. 561, que confronta a norte com Joaquim Francisco Grácio, a sul com Alexandre de Sousa Morgado, a nascente com Caminho (Rua da Lameira) e a poente Regueira;

Considerando que o proprietário autoriza a passagem da rede de saneamento sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa (Anexo 10), delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor de saneamento no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 561, a favor de Hermínio Jorge Soares, sujeito à área de proteção e demais condições previstas no plano diretor municipal da Marinha Grande.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**41 - RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA  
PROPRIEDADE DE JAIME PEREIRA ANDRÉ**

491 - Considerando que para a execução da rede de saneamento se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Jaime Pereira André, NIF 126946230, proprietário do prédio rústico inscrito na respectiva matriz sob o artigo nº. 548, que confronta a norte com Joaquim Ascenso e Outro, a sul com Joana Maria e Outro, a nascente com Vala Mestra e a poente Regueira;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Considerando que o proprietário autoriza a passagem da rede de saneamento, tendo como contrapartidas a limpeza das valas (vala e regueira) assinaladas nas confrontações. O ramal deve ser construído o mais próximo possível da extrema (a norte).

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa (Anexo 11), delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor de saneamento no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 548, a favor de Jaime Pereira André, sujeito à área de proteção e demais condições previstas no plano diretor municipal da Marinha Grande, obrigando-se a proceder a limpeza das valas (vala e regueira) assinaladas nas confrontações. O ramal deve ser construído o mais próximo possível da extrema (a norte).**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **42 - RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE JOSÉ DUARTE DA SILVA SAPATEIRO**

492 - Considerando que para a execução da rede de saneamento se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular;

Considerando que foi possível chegar a acordo com José Duarte da Silva Sapateiro, NIF 145754065, proprietário do prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º. 547, que confronta a norte com Manuel Ascenso, a sul com Joana Maria, a nascente com Caminho Público e a poente Vala Mestra;

Considerando que o proprietário autoriza a passagem da rede de saneamento, tendo como contrapartidas a ligação gratuita do esgoto (águas domésticas) de uma habitação situada na rua da Charnequinha, n.º. 4 A.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa (Anexo 12), delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor de saneamento no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 547, a favor de José Duarte da Silva Sapateiro, sujeito à área de proteção e demais condições previstas no plano diretor municipal da Marinha Grande, obrigando-se à ligação gratuita do esgoto (águas domésticas) de uma habitação situada na rua da Charnequinha, n.º. 4 A.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**43 - RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA  
PROPRIEDADE DE MARIA GRAZIELA MORGADO RODRIGUES DE SOUSA**

493 - Considerando que para a execução da rede de saneamento se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Maria Graziela Morgado Rodrigues de Sousa, NIF 129780430, proprietária do prédio rústico inscrito na respectiva matriz sob o artigo nº. 562, que confronta a norte com Joaquim Jorge Dias, a sul com Joaquim Alfaiate e Outros, a nascente com Vala Mestra e a poente Requeira;

Considerando que a proprietária autoriza a passagem da rede de saneamento sem contrapartidas.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa (Anexo 13), delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor de saneamento no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 562, a favor de Maria Graziela Morgado Rodrigues de Sousa, sujeito à área de proteção e demais condições previstas no plano diretor municipal da Marinha Grande.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**44 - RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA  
PROPRIEDADE DE MARTA LUÍSA CARDOSO VICENTE (CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA  
DE RAMIRO DA LUZ VICENTE)**

494 - Considerando que para a execução da rede de saneamento se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Marta Luísa Cardoso Vicente, NIF 197796583 (Cabeça de casal da herança de Ramiro da Luz Vicente), proprietária do prédio rústico inscrito na respectiva matriz sob o artigo nº. 557, que confronta a norte com José Alexandre Jorge e Outro, a sul com Armando Coelho, a nascente com Caminho e a poente Gabriel André;

Considerando que a proprietária autoriza a passagem da rede de saneamento sem contrapartidas.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência do proprietário, de acordo com a ficha anexa (Anexo 14), delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor de saneamento no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 557, a favor de Marta Luísa Cardoso Vicente (Cabeça de casal da herança de Ramiro da Luz Vicente), sujeito à área de proteção e demais condições previstas no plano diretor municipal da Marinha Grande.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**45 - RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE ONDINA COELHO RODRIGUES TAPADAS E RUTE ALEXANDRA RODRIGUES TAPADAS**

495 - Considerando que para a execução da rede de saneamento se torna imprescindível a cedência de passagem em propriedade particular;

Considerando que foi possível chegar a acordo com Ondina Coelho Rodrigues Tapadas, NIF 213451310 e Rute Alexandra Rodrigues Tapadas, NIF 222049375, proprietárias do prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº. 544, que confronta a norte com Raúl Rodrigues e Outro, a sul com José Alexandre Jorge e Outro, a nascente com Manuel Ascenso e a poente Serventia (Rua do Pinheiro Manso;

Considerando que as proprietárias autorizam a passagem da rede de saneamento, tendo como contrapartidas a execução de um muro a poente com 0,8m de altura e comprimento aproximado de 18m, limpeza da vala e subida das margens com terra (3 ou 4 carradas) e ainda encostar o mais possível a tubagem das águas pluviais a Sul.

**Assim, a Câmara Municipal, obtida a expressa anuência das proprietárias, de acordo com a ficha anexa (Anexo 15), delibera aprovar a execução e instalação, com caráter permanente e não oneroso, de um coletor de saneamento no prédio rústico, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 544, a favor de Ondina Coelho Rodrigues Tapadas e Rute Alexandra Rodrigues Tapadas, sujeito à área de proteção e demais condições previstas no plano diretor municipal da Marinha Grande, obrigando-se à execução de um muro a poente com 0,8m de altura e comprimento aproximado de 18m, limpeza da vala e subida das margens com terra (3 ou 4 carradas) e ainda encostar o mais possível a tubagem das águas pluviais a Sul, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelas proprietárias e pelo Vereador Sr. Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**



46 - RUA DA SERRADA - MOITA – PASSAGEM DA REDE DE SANEAMENTO NA PROPRIEDADE DE REINALDO JORGE GRÁCIO (HERDEIRO DE JOAQUIM FRANCISCO GRÁCIO)

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## 47 - RESUMO DE TESOURARIA

**A Câmara tomou conhecimento.**

Página 49 de 66

497 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 535/13 – PC N.º 55/13 – RTJ – PLÁSTICOS, S.A.,
2. REQ. N.º 802/13 – PC N.º 152/13 – ALEXANDRA FILIPA DE ARAUJO SEARA DENGUCHO
3. REQ. N.º 800/13 – PC N.º 112/12 – MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA
4. REQ. N.º 551/13 – PC N.º 90/10 – JULIO MANUEL PEREIRA
5. REQ. N.º 695/13 – PC N.º 16/13 – VIDROMECHANICA – METALOMECHANICA VIDREIRA, LDA.
6. REQ. N.º 557/13 – PC N.º 70/13 – VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO
7. REQ. N.º 736/13 – PC N.º 144/13 – ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA
8. REQ. N.º 735/13 – PC N.º 143/13 – ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA
9. REQ. N.º 727/13 – PC N.º 138/13 – VITOR MANUEL DINIZ SEQUEIRA
10. REQ. N.º 517/13 – PC N.º 658/98 – HERMINIO RICARDO MARQUES
11. PROCESSO N.º 786/05 – LUIS MIGUEL BETTENCOURT DE FREITAS MORNA – APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA – DELIBERAÇÃO FINAL
12. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA DE APOIO A DIVERSOS ESPAÇOS CULTURAIS (CASA DA CULTURA E MUSEU DO VIDRO) – ADJUDICAÇÃO
13. “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” – CP N.º 05/2011 – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES
14. DOAÇÃO DA ARTISTA LAURA WESSEL
15. AVERBAMENTO DOS LUGARES NºS 11 E 12 DO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
16. LOJA Nº 5 DO MERCADO MUNICIPAL DA PRAIA DA VIEIRA DE LEIRIA – AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA LOJA Nº5

**17. FESTA COMÍCIO POLÍTICO – ISENÇÃO DE TAXAS**

**18. PROPOSTA DE INCLUSÃO EM REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXA TURÍSTICA MUNICIPAL. CIRCULAR DA ANMP. OFÍCIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - REQ. N.º 535/13 – PC N.º 55/13 – RTJ – PLÁSTICOS, S.A.**

498 - Presente processo de licenciamento, em nome de RTJ – Plásticos, S.A., com o NIPC 502626704, com sede na R. da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, Embra, Marinha Grande, para a ampliação de um edifício destinado a indústria, existente na mesma morada, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 369 e na matriz predial urbana sob o n.º 18720, da freguesia e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 04/04/2013.

Presentes informações técnicas datadas de 27/05/2013 e de 28/05/2013 que atestam encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com o seguinte condicionalismo:**

**a) Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários à correta conclusão da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

**a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**b) Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - REQ. N.º 802/13 – PC N.º 152/13 – ALEXANDRA FILIPA DE ARAUJO SEARA DENGUCHO**

499 - Presente pedido de licenciamento em nome de ALEXANDRA FILIPA DE ARAUJO SEARA DENGUCHO, com NIF 180461320, residente na Av. José Gregório, nº 208, 2.º, Marinha Grande, referente à demolição de uma piscina existente, construção de piscina e abertura de portão num muro, a incidir num prédio sito na Av. da Liberdade, nº 14, lugar de S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 701 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 13623.

Presentes projeto de arquitetura e projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 27/05/2013 que atesta estarem os projetos apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

**1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra. 2. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

**1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2. Nos termos do artigo 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**3. Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 94º do RMEUMMG, as obras de construção civil nas praias do Concelho da Marinha Grande são interditas no período compreendido entre 1 de Julho e 31 de Agosto.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho esteve ausente, por se encontrar impedida, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, dado que é a interessada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### **3 - REQ. N.º 800/13 – PC N.º 112/12 – MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA**

500 - Presente pedido de licenciamento em nome de MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA, com NIF 214624099, residente na Rua Manuel Pereira Pereira Roldão, nº 22, 1.º A, lugar de Casal da Formiga, freguesia da Marinha Grande, referente à construção de moradia, localizada num prédio sito na Rua Fonte dos Ingleses, lugar de Pedreanes, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 9641 e omissa na matriz predial, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 06/09/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 29/05/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

**1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

**1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

**3. Deverá proceder ao pagamento da comparticipação devida pela pavimentação da Rua dos Lenhadores, nos termos da Deliberação de Câmara nº 839, de 07/10/2004 (Ata nº 24), com a devida atualização.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N.º 551/13 – PC N.º 90/10 – JÚLIO MANUEL PEREIRA**

501 - Presente pedido de constituição de propriedade horizontal, solicitado por Júlio Manuel Pereira, portador do NIF 126 946 094, residente na rua dos Guilhermes, n.º 65, Amieirinha, Marinha Grande, relativo ao seu edifício sito na rua dos Guilhermes, n.º 65, Amieirinha, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, no prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2787, inscrito na matriz urbana da Marinha Grande sob o n.º 14108 e na Matriz predial rústica sob o n.º 2634, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 90/10, de 04/05/2010, cuja arquitetura foi aprovada em reunião de Câmara de 11 de novembro de 2010.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta que o projeto constante no processo de licenciamento n.º 90/10 se encontra elaborado de modo a verificarem-se preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:**

**Deferir o pedido de constituição de propriedade horizontal, solicitado por Júlio Manuel Pereira, portador do NIF 126 946 094, residente na rua dos Guilhermes, n.º 65, Amieirinha, Marinha Grande, relativo ao seu edifício sito na rua dos Guilhermes, n.º 65, Amieirinha, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, no prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2787, inscrito na matriz urbana da Marinha Grande sob o n.º 14108 e na Matriz predial rústica sob o n.º 2634, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 90/10, de 04/05/2010, cuja arquitetura foi aprovada em reunião de Câmara de 11 de novembro de 2010.e mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Código Civil.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N.º 695/13 – PC N.º 16/13 – VIDROMECHANICA – METALOMECHANICA VIDREIRA, LDA.**

502 - Presente pedido em nome de Vidromecnica - Metalomecanica Vidreira, Lda., com o NIPC 501 630 341, com sede em rua Central, n.º 22, Garcia, solicitando a concessão de prazo de 30 dias para apresentação de elementos a juntar ao processo n.º 16/13, referente a licenciamento de obras de ampliação da sua unidade industrial, sita no mesmo local; Presente processo n.º 16/13, destinado a ampliação de um edifício destinado a indústria, existente no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19712 e na matriz predial urbana sob o n.º 19650-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Presente informação técnica datada de 27 de maio de 2013 que atesta nada obstar ao pedido;

**A Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir o pedido apresentado pela empresa Vidromecânica - Metalomecânica Vidreira, Lda., com o NIF 501 630 341, com sede em rua Central, n.º 22, Garcia, concedendo-lhe o prazo de 30 dias para apresentação de elementos a juntar ao processo n.º 16/13, referente a licenciamento de obras de ampliação da sua unidade industrial, sita no mesmo local.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N.º 557/13 – PC N.º 70/13 – VERA LUCI MENDES VINAGRE FERREIRA ARTILHEIRO**

503 - Presente Pedido de Informação Prévia relativo à viabilidade de “*Construção de Moradia Unifamiliar*”, subscrito por Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro, NIF n.º 233933840, com residência na Rua 10 de Junho, n.º 8, lugar de Moita, freguesia de Moita, a levar a efeito num prédio rústico localizado na Rua 10 de Junho, lugar de Moita, freguesia de Moita, em área não abrangida por Plano Municipal de Ordenamento do Território vigente.

Presentes pareceres técnicos dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

**Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou informar ser viável a pretensão requerida, sendo que, em eventual pedido de licenciamento a apresentar nos moldes propostos, este ficará sujeito ao cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente:**

- 1. As constantes no Regulamento Geral das Edificações Urbanas, no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, no Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios, no Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios, as condições e normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada e demais legislação em vigor.**
- 2. As impostas pela Servidão do Domínio Público Hídrico, face à existência a Nascente do prédio, de uma linha de água referenciada como Ribeira do Tremelgo, e pela condicionante ao uso do solo resultante da faixa da Reserva Ecológica Nacional aí definida.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N.º 736/13 – PC N.º 144/13 – ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA**

504 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 736/13 de 15/05/2013, apresentado por Alda de Oliveira Silva Mesquita, com o NIF 113608829, residente em Rua de Leiria, n.º 75, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja obra de construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1041 de 1966, e titulada pelo alvará de licença de construção n.º 251, emitido em 12/05/1966. Presente parecer técnico datado 29/05/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na aliena a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua de Leiria, n.º 69, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Alda de Oliveira Silva Mesquita, residente em Rua de Leiria, n.º 75, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

#### **8 - REQ. N.º 735/13 – PC N.º 143/13 – ALDA DE OLIVEIRA SILVA MESQUITA**

505 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 735/13 de 15/05/2013, apresentado por Alda de Oliveira Silva Mesquita, com o NIF 113608829, residente em Rua de Leiria, n.º 75, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cujas obras de construção foram licenciadas no âmbito do processo n.º 1177



de 1961, titulada pelo alvará de licença de construção n.º 361, emitido em 28/06/1961, e do processo n.º 1205 de 1968, e titulada pelo alvará de licença de construção n.º 183, emitido em 12/05/1968.

Presente parecer técnico datado 29/05/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na aliena a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua de Leiria, n.º 75, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Alda de Oliveira Silva Mesquita, residente em Rua de Leiria, n.º 75, lugar de Embra, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

**9 - REQ. N.º 727/13 – PC N.º 138/13 – VITOR MANUEL DINIZ SEQUEIRA**

506 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 727/13 de 14/05/2013, apresentado por Vitor Manuel Diniz Sequeira, com o NIF 125691041, residente em Beco das Samouqueiras, n.º 6, lugar de Casal das Raposas, Freguesia de Vieira de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja obra de construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1054 de 1985, e titulada pelo alvará de licença de construção n.º 25, emitido em 03/04/1985.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

Presente parecer técnico datado 29/05/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na aliena a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Beco das Samouqueiras, n.º 6, Freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de Vitor Manuel Diniz Sequeira, residente em Beco das Samouqueiras, n.º 6, lugar de Casal das Raposas, Freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes**  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.**

#### **10 - REQ. N.º 517/13 – PC N.º 658/98 – HERMINIO RICARDO MARQUES**

507 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 517/13 de 09/04/2013, apresentado por Herminio Ricardo Marques, com o NIF 128659327, residente em Rua Cosme Ribeiro, n.º 7, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja obra de construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 658/98, e titulada pelo alvará de licença de construção n.º 85/05, emitido em 04/04/2005, correspondente a 3.ª fase do licenciamento.

Presente parecer dos serviços de fiscalização datado 27/05/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto na aliena b) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, por se terem detetado desconformidades face ao projeto de construção.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Fontainhas, lugar de Comeira, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de herminio Ricardo Marques, residente em Rua Cosme Ribeiro, n.º 7, lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos  
Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Tomé Braz
- 2) Membros suplentes  
Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

**11 - PROCESSO N.º 786/05 – LUIS MIGUEL BETTENCOURT DE FREITAS MORNA –  
APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA –  
DELIBERAÇÃO FINAL**

508 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de alteração e ampliação de uma moradia existente, a que foi atribuído o número de processo 786/05, incidente sobre um prédio sito na Rua Adolfo Leitão, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, apresentado por Luís Miguel Bettencourt Freitas Morna, com o NIF n.º 111392160, residente na Avenida Adelino Amaro da Costa, lote n.º 21, bloco C, 5.º A, freguesia de Marrazes, concelho de Leiria, ao qual foi atribuído o alvará de construção n.º 86/2007, de 28/03 e alvará de licença de construção n.º 62/2008, de 20/03.

Presentes alegações, com o registo de entrada n.º 786/05, de 08/05/2013, apresentadas atempadamente, em sede de audiência prévia, pelo interessado.

A Câmara Municipal apreciou as alegações formuladas pelo titular do processo e,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

- Considerando que em reunião de Câmara de 22/04/2013 constatou que na sequência do licenciamento das alterações efetuadas em obra na moradia sita na Rua Adolfo Leitão, lugar de S. Pedro de Moel, Freguesia da Marinha Grande, o titular do processo, Luís Miguel Bettencourt Freitas Morna, não veio, no prazo de um ano, a contar da notificação (09/02/2012) da deliberação final de 02/02/2012, requerer o respetivo alvará de licença de construção como manda o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 02 de setembro;
- Considerando que por esse motivo, na mesma reunião, entendeu, tal como previsto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, estarem reunidas as condições objetivas para ser declarada a caducidade da licença em apreço;
- Considerando que na sequência da notificação da intenção de declaração da caducidade dessa licença, o interessado veio, dentro do prazo, pronunciar-se em sede de audiência prévia;
- Considerando que o interessado alegou que as alterações efetuadas consistiram apenas na instalação de uma cerca na varanda da moradia e a deslocação de uma churrasqueira para um lugar mais abrigado e seguro;
- Considerando que as obras em causa encontram-se já executadas;
- Considerando que a Administração não pode ficar indiferente à existência de situações já consolidadas que carecem de legalização, cabendo-lhe enquanto garante do princípio da legalidade tomar medidas para que as mesmas não perdurem no tempo;
- Considerando, ainda, que no processo em referência o requerente sempre solicitou os alvarás de construção dentro do prazo imposto por lei;

**Delibera considerar os factos invocados em sede de audiência prévia, nomeadamente de as obras em causa consistirem em pequenos ajustamentos e encontrarem-se já executadas, como impeditivos da caducidade da licença concedida em reunião camarária de 02/02/2012, devendo o procedimento seguir os seus trâmites legais.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**12 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE CAFETARIA DE APOIO A DIVERSOS ESPAÇOS CULTURAIS (CASA DA CULTURA E MUSEU DO VIDRO) – ADJUDICAÇÃO**

509 - Presente processo de concurso para adjudicação da “Concessão de Exploração de cafetaria de apoio a diversos espaços culturais (Casa da Cultura e Museu do Vidro)”, constituído pelas peças do procedimento, pela única proposta apresentada e pelo relatório de análise, no qual se propõe a adjudicação da concessão à proposta apresentada pelo concorrente “João Cravo Nunes da Silva Granja”, NIF 206293615, pelo valor de 65.016,00€ (sessenta e cinco mil e dezasseis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo contratual de dez anos.

**A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, delibera adjudicar à proposta apresentada pelo único concorrente “João Cravo Nunes da Silva Granja”, NIF 206293615, pelo valor de 65.016,00€ (sessenta e cinco mil e dezasseis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo contratual de dez anos, a “Concessão de Exploração de cafetaria de apoio a diversos espaços culturais (Casa da Cultura e Museu do Vidro)”, de acordo com os artigos 148º., 73º. nº. 1 e 36º., nº. 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 64º., nº. 1, alínea q), da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

**Mais delibera notificar o concorrente para apresentação da caução e dos respetivos documentos de habilitação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 1, SERVIÇOS EDUCATIVOS, GALERIA MUNICIPAL E CAFETARIA” – CP N.º 05/2011 – TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES**

510 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.28.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões no valor de 9.630,36 € (nove mil seiscentos e trinta euros e trinta e seis cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º do CCP, respeitantes às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas.

Considerando que os trabalhos em apreço se destinam à realização da mesma empreitada.

Considerando que os trabalhos de suprimentos dos erros e omissões se destinam a suprir erros e omissões detetados e necessários à execução e conclusão da obra.

Considerando que pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 376º do CCP, uma vez que o valor dos presentes trabalhos, calculada ao novo preço contratual por força da anterior aprovação de trabalhos a menos, corresponde a 3,22 % e que, somados os anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e anteriores trabalhos a mais, corresponde a 34,14 % do novo preço contratual.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.28.2013, que fica anexa (Anexo 17) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação do Património Stephens – FASE 1 - Serviços educativos, galeria municipal e cafetaria”, celebrado com a empresa Habitâmega-Construções, SA, aprovar:

- a) alterações introduzidas ao projeto de arquitetura inicial;
- b) trabalhos de suprimento dos erros e omissões no valor de 9.630,36€ (nove mil seiscentos e trinta euros e trinta e seis cêntimos ) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376.º, nº 1, do CCP, respeitante às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas;
- c) o prazo de 10 dias, necessários à execução dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões, o que determina a aprovação de uma prorrogação do prazo de execução da obra em 10 dias, de acordo com o artigo 374.º e com a alínea b) do n.º 2 do artigo 377.º, do CCP;

A Câmara Municipal delibera ainda notificar o empreiteiro para, ao abrigo do n.º 7 do artigo 366.º, do CCP, apresentar um plano de trabalhos ajustado, que reflita a prorrogação do prazo de execução da obra aprovado (10 dias), sendo que do mesmo plano não pode resultar uma data posterior ao dia 30 de junho, para a conclusão de todos os trabalhos da empreitada, de modo a não pôr em causa o contrato de financiamento celebrado com o MAIS CENTRO.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **14 - DOAÇÃO DA ARTISTA LAURA WESSEL**

511 - Presente declaração de doação da artista norte americana Laura Wessel (também conhecida por Lala Wessel) relativa à peça “Ancient Lanterns” - vaso em vidro soprado pintado, da sua autoria.

Trata-se de uma peça da autoria da artista, enviada dos EUA para integrar a exposição internacional de arte contemporânea que deverá inaugurar o Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro e que esta pretende que integre o acervo do Museu do Vidro.

Deste modo, atendendo à importância desta peça no contexto da valorização da coleção de arte contemporânea em vidro do Museu do Vidro, propõe-se a aceitação da doação e a integração da peça no acervo do Museu do Vidro para fins exclusivamente museológicos.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aceitar a doação supra referida nos termos descritos, uma vez que se trata de um bem com interesse artístico e museológico para a vocação e objetivos do Museu do Vidro, que deve utilizado para o estudo e valorização da arte e do património, bem como conservado para a posteridade.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **15 - AVERBAMENTO DOS LUGARES NºS 11 E 12 DO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE**

512 - Presente requerimento em nome de José Marques Gonçalves Neto, residente na Rua das Cavadas nº 20, em que é solicitado o averbamento dos lugares nºs 11 e 12 do Mercado Municipal da Marinha Grande, para o seu nome, em virtude da esposa e titular da concessão, Maria Alice Rosa da Silva Branco, se encontrar com graves problemas de saúde.

A Câmara analisou o solicitado e por entender que o motivo invocado (doença da titular da concessão) é justificado e ponderoso, delibera de acordo com a alínea c) do artigo 5º do Decreto-lei nº 340/82 de 25 de Agosto, autorizar o averbamento dos lugares nºs 11 e 12 do Mercado Municipal da Marinha Grande para o nome de José Marques Gonçalves Neto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **16 - LOJA Nº 5 DO MERCADO MUNICIPAL DA PRAIA DA VIEIRA DE LEIRIA – AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DA LOJA Nº5**

513 - Presente requerimento de Ana Paula Teles Machado Leal Matos, com morada na Rua José Moreira, nº 33, Vieira de Leiria, a solicitar que lhe seja autorizada a utilização de uma loja no mercado da Praia da Vieira de Leiria para venda de pão e bolos, mediante a contraprestação do pagamento de uma taxa.

Analisada a pretensão e uma vez que a loja nº5 daquele mercado não se encontra concessionada, a Câmara Municipal delibera ao abrigo do artigo 68º nº2 alínea h) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com a redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizar a utilização desta loja, sita no mercado municipal da Praia da Vieira de Leiria, para venda de pão e bolos a título temporário, no período de 15 de junho a 15 de setembro do corrente ano, mediante o pagamento das taxas devidas que se encontram previstas no Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **17 - FESTA COMÍCIO POLÍTICO – ISENÇÃO DE TAXAS**

514 - Presente requerimento da Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP datado de 23 de maio de 2013, registo de entrada nº 3857, onde solicitam, a emissão de licença especial de ruído para realização do evento “ **Festa Comício Politico**” das 12h do dia 8 de junho de 2013 à 01:00 do dia 10 de junho de 2013.

Ao abrigo do artigo 15.º do Decreto-lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, na redação atual, tratando-se de uma atividade ruidosa temporária, está sujeita à emissão de licença especial de ruído e ao pagamento das taxas prevista no artigo 61.º da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Da apreciação do pedido constata-se que os elementos instrutórios cumprem com os requisitos necessários à emissão da licença especial de ruído.

### **Relativamente à incidência das taxas:**

Conforme referido anteriormente a emissão da licença especial de ruído tem associadas taxas no valor de 55,29€/dia;

A alínea f) do nº3 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande prevê que poderão ficar isentas do pagamento das taxas as entidades que pretendam realizar atos ou atividades de relevante interesse público municipal, quando tais atividades não tenham um fim lucrativo.

Da análise da pretensão é possível aferir que:  
- O evento não tem fins lucrativos;

Deste modo, estão preenchidos os requisitos para a isenção do valor das taxas associadas ao pedido, ao abrigo da alínea f) do nº3 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, dado tratar-se de uma atividade de relevante interesse público municipal que não tem fins lucrativos.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação actual, conjugado com a alínea f) do nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, **a Câmara Municipal delibera isentar a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP do pagamento das taxas relativas à emissão da licença especial de ruído.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **18 - PROPOSTA DE INCLUSÃO EM REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXA TURÍSTICA MUNICIPAL. CIRCULAR DA ANMP. OFÍCIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.**



515 - Presente requerimentos da ANMP recebida a 14.05.2013 e da Assembleia da República com o n.º 1729/XII (2.ª) – AL recebido a 15 de maio 2013 remetida a esta autarquia solicitando informação relativa a se o município da Marinha Grande pretende adotar, ou já adotou, uma taxa turística bem como, informar o Parlamento se considera que a adoção de uma taxa turística no concelho poderá contribuir negativamente para a evolução das dormidas nas unidades hoteleiras, podendo colocar em risco empresas e postos de trabalho.

Atento o teor da mesma pretende-se dar conhecimento ao executivo camarário da posição assumida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Dr. Álvaro Pereira relativa a esta taxa:

- Considerando que esta taxa municipal incide sobre as estadias em empreendimentos turísticos previamente identificados, recaindo o encargo financeiro sobre a pessoa singular ou coletiva – hóspede/turista – que seja utilizadora dessas unidades de alojamento;
- Considerando que apesar de se tratar de um valor residual, este poderá assumir-se, face à atual conjuntura que envolve os mercados, desastroso para o turismo do concelho;
- Considerando que a aplicação desta taxa poderá diminuir a captação de dormidas turísticas e do seu contributo para os excelentes níveis de ocupação hoteleira do concelho;
- Considerando que o dinamismo da atividade turística é vital para a economia do concelho e que a fixação da taxa turística poderá, de alguma forma, reduzir o afluxo de turistas, diminuindo desta forma a competitividade deste concelho perante os restantes e dos seus empreendimentos hoteleiros;

O Município da Marinha Grande não pretende adotar a implementação desta taxa face à profunda crise que o país atravessa e ao papel estratégico que o Turismo representa e poderá representar para o dinamismo da economia municipal.

Consideramos que todos os agentes envolvidos neste sector devem estar concentrados na criação de condições facilitadoras e atrativas para as empresas que atuam nesta área e, consequentemente, para os turistas que nos visitam e não em medidas que aumentarão a pressão sobre os preços de Alojamento, tornando desta forma o sector dinâmico e competitivo.

A concretizar-se, consideramos que esta taxa representaria uma ameaça forte à sustentabilidade e competitividade do Turismo local e nacional na medida em que agravaria a situação financeira das empresas portuguesas que atuam nesta área, muitas delas já em sérias dificuldades económicas. Qualquer aumento de custos com consequente aplicação desta taxa refletir-se-á nas ou nos hóspedes, visitantes ou nas margens dos empresários, que ou terão que optar por aumentar os preços ou suportar o novo encargo com consequências negativas evidentes para a sua competitividade.

**A Câmara tomou conhecimento e concordou com a posição assumida pelo Sr. Presidente.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
30/05/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 12

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

516 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 15:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião